

**CBTU****Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de gestão, administração e fornecimento de cartões eletrônicos tipo smart e/ou magnético visando ao abastecimento de combustíveis – Diesel S-10, gasolina comum e etanol combustível, para os veículos próprios e os locados, de peças, acessórios e serviços gerais de manutenção preventiva/corretiva e de borracharia – somente para os veículos próprios, compreendendo a administração e o gerenciamento informatizado da frota, em rede de postos credenciados e na cessão de sistemas informatizados, equipamentos e materiais necessários à execução, para os veículos pertencentes à frota da CBTU e os locados.



1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de gestão, administração e fornecimento de cartões eletrônicos tipo smart e/ou magnético visando ao abastecimento de combustíveis – Diesel S-10, gasolina comum e etanol combustível, para os veículos próprios e os locados, de peças, acessórios e serviços gerais de manutenção preventiva/ corretiva e de borracharia – somente para os veículos próprios, compreendendo a administração e o gerenciamento informatizado da frota, em rede de postos credenciados e na cessão de sistemas informatizados, equipamentos e materiais necessários à execução, para os veículos pertencentes à frota da CBTU e os locados.
 - 1.1.1. Considerando que o serviço pretendido possui características e padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, ele pode ser caracterizado como **SERVIÇO COMUM**, nos termos do art. 113, do RILC-CBTU, combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A contratação dos serviços descritos no objeto deste Termo de Referência é indispensável para a movimentação dos veículos da CBTU, na realização das atividades que necessitam do transporte dos Diretores e demais empregados.
- 2.2. Redução no número de processos licitatórios, uma vez que estamos formalizando contrato com abrangência para atender a vários segmentos (materiais e serviços) necessários para mantermos nossa frota de veículos em perfeitas condições de uso, dando uma diminuição de tempo e custos administrativos envolvidos na formalização e acompanhamentos de vários processos que antes se faziam necessários.
- 2.3. Estima-se que a contratação dos serviços possibilitará uma redução nas despesas com combustível na ordem de 15%, uma vez que os serviços serão realizados nos postos e empresas credenciados das redondezas que apresentarem menor preço.
- 2.4. Extensão no horário de abastecimento, pois se poderá contar com uma rede de postos com abastecimento 24 horas por dia, todos os dias da semana, ampliando o horário atual, que é das 08:00 às 22:00 horas.
- 2.5. Flexibilidade do sistema de abastecimento pretendido, pois facilita o acesso a uma rede de serviços disperso em todo território nacional .
- 2.6. Simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle dos abastecimentos, do sistema manual para informatizado, proporcionando agilidade nos procedimentos, obtenção de informações da frota em tempo hábil, via Internet, para tomada de decisões administrativas.
- 2.7. Modernização dos controles, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados.

3. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS

- 3.1. Com a implantação do sistema proposto, é possível almejar o alcance das seguintes vantagens:

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 3.1.1. Aplicação em todos os veículos das marcas Chevrolet, Fiat, GM, Mercedes, Mitsubishi, Renault, Volkswagen e de outras marcas da frota da CBTU e locados (combustíveis), eliminando, nesse caso, o uso de suprimento de fundos ou contratos individualizados com postos de combustíveis locais, borracharia e empresas de fornecimento de peças, acessórios e serviços.
 - 3.1.2. Simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle dos abastecimentos, dos serviços de borracharia, da manutenção e serviços, e das aquisições de peças do sistema manual para informatizado, proporcionando agilidade nos procedimentos, obtenção de informações da frota em tempo hábil, via Internet, para tomada de decisões corretivas.
 - 3.1.3. Modernização dos controles, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados.
 - 3.1.4. Obtenção de um sistema de gerenciamento integrado (software), oferecendo relatórios gerenciais de controle da despesa de abastecimento, desvios de quilometragem, de consumo, de preços praticados nos postos credenciados, discriminados por veículos da frota própria e locada.
 - 3.1.5. Cartões individuais eletrônicos que viabilizem o gerenciamento de informações de frota, sendo um para cada veículo e mais cartões extras com disponibilidade para aquisição dos serviços contratados para uso em qualquer veículo da frota.
 - 3.1.6. Cadastro e fornecimento de senha pessoal por condutor.
 - 3.1.7. Informatização de dados de consumo, quilometragem por veículo, custos, identificação do veículo por centro de custo, identificação do portador do cartão, datas e horários, tipo de combustível.
 - 3.1.8. Processo de consolidação de dados, permitindo a concentração dos mesmos e a emissão de relatórios, tais como: Relatório de Análise de Consumo Médio e Relatório das Despesas da Frota.
- 3.2. COM A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE GESTÃO ATRAVÉS DE CARTÕES ELETRÔNICOS, DEVERÁ A CONTRATADA:**
- 3.2.1. Disponibilizar ampla rede conveniada com transações em tempo real.
 - 3.2.2. Disponibilizar informações instantâneas.
 - 3.2.3. Sistema de segurança operacional em ambiente através de certificação digital.
 - 3.2.4. Oferecer parametrização de avisos e restrições.
 - 3.2.5. Disponibilizar senha para o condutor do veículo cadastrado.
 - 3.2.6. Possibilitar a eliminação de controles manuais.
 - 3.2.7. Possibilitar a integração com outros sistemas, se for o caso.
 - 3.2.8. Possibilitar à Contratante autonomia na gestão.
 - 3.2.9. Gerar relatórios gerenciais completos da performance de cada veículo e condutor.
 - 3.2.10. Assistência 24 horas, reboque, troca de pneus, auto-socorro.



- 3.2.11. Gestão de abastecimento.
- 3.2.12. Gestão de documentação, com captura de dados através de sistema informatizado.
- 3.2.13. Telemetria: monitoramento da frota, em tempo real, com opções de alerta e parâmetros de acompanhamento.
- 3.2.14. Leitura de tacógrafo: relatório analítico com informações comportamentais dos condutores dos veículos, extraídas da leitura dos discos do tacógrafo.
- 3.2.15. Estar credenciado junto a oficinas, fornecedores de autopeças, prestadores de serviços de borracharia e centros automotivos em geral equipados para realizar transações através do cartão eletrônico.
- 3.2.16. Oferecer treinamento a gestores e usuários.
- 3.2.17. Fornecer uma cópia do manual de utilização dos *softwares* de gerenciamento e de consolidação de dados, em língua portuguesa.
- 3.2.18. Oferecer apoio operacional na utilização da rede de estabelecimentos e entendimento do sistema.
- 3.2.19. Histórico de transação e quilometragem por veículo e preços praticados nos postos de combustíveis utilizados.
- 3.2.20. Fornecer cartão de identificação de usuário, com a emissão de 2ª via, quando for o caso.
- 3.2.21. Lavagem e estacionamento dos veículos cadastrados.
- 3.2.22. Apresentar credenciamento de pelo menos dois postos de fornecimento de combustíveis existentes no mercado com localização a uma distância de até 05 (cinco) quilômetros da CBTU-AC e que possua atendimento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados; aplicam-se as mesmas exigências quanto ao endereço da CBTU no Rio de Janeiro.
- 3.2.23. Adotar sistema de segurança de forma a impedir o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela Contratante, permitindo o controle de todos os abastecimentos, veículos e condutores.
- 3.2.24. Disponibilizar senhas individuais – e sua troca, quando necessário - para os empregados ou condutores autorizados terem acesso à base gerencial.
- 3.2.25. Na hipótese de instalação de qualquer sistema nos veículos cadastrados, não poderá haver interferência sobre outros sistemas porventura já instalados, tais como rastreamento via satélite, alarmes, travas, blindagem eletrônica, computadores de bordo, injeção e ignição eletrônicas etc.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

- 4.1. A empresa contratada deverá confeccionar cartões eletrônicos tipo smart com chip habilitados, para o abastecimento de combustível dos veículos da frota própria e locada, que ficará sob a responsabilidade do chefe do Setor de Transportes da CBTU, e deverá conter a identificação da CBTU e do veículo.
- 4.2. Os cartões eletrônicos terão valores variáveis de cota de combustível, serviços e peças, vinculada para cada veículo, perfazendo o valor estimado, para os combustíveis, do somatório anual em:

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 4.2.1 Etanol12.000 litros/30 meses
- 4.2.2 Gasolina Comum.....36.000 litros/30 meses
- 4.2.3 Diesel S10.....60.000 litros/30 meses
- 4.3. A solicitação de alteração de valores de cota de combustível será feita à Contratada, sempre que necessário, pelo Chefe do Setor de Transportes ou pelo Gerente Técnico de Apoio Administrativo da CBTU.
- 4.4. Os cartões eletrônicos com chip deverão ser entregues junto à Gerência de Apoio Administrativo da CBTU, acompanhados das respectivas senhas de utilização, observado o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação da CBTU, contendo todos os dados, de acordo com o referido no item 3.1, além das cotas de consumo correspondentes.
- 4.5. A rede credenciada pela empresa Contratada só poderá abastecer o veículo que contiver as características registradas no cartão apresentado.
- 4.6. A empresa Contratada deverá observar os valores determinados pela CBTU para cada cartão, conforme o caso.
- 4.7. A empresa Contratada terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento do pedido, para creditar o valor solicitado em cada cartão.
- 4.8. A empresa Contratada deverá substituir os cartões eletrônicos com chip que tenham perdido a validade, que apresentarem defeitos que impeçam a sua utilização ou que tenham sido extraviados, em no máximo 05 (cinco) dias corridos após a solicitação da CBTU.
- 4.9. A empresa Contratada deverá providenciar o cancelamento imediato dos cartões que tenham sido extraviados, tão logo receba comunicação oficial da CBTU.
- 4.10. A empresa Contratada deverá emitir extratos individuais a cada utilização do cartão, onde conste no mínimo, o saldo anterior, o valor da despesa efetuada e o saldo atual do cartão.
- 4.11. A empresa Contratada deverá emitir mensalmente ou sempre que for solicitado, relatório de dados, contendo a movimentação de cada veículo, o consumo por quilômetro rodado e o total de combustível utilizado no período, que deverá servir de base para o faturamento.
- 4.12. O relatório de que trata o subitem anterior, deverá ser acompanhado das Notas Fiscais/Fatura de cobrança pelos serviços prestados.
- 4.13. A CBTU, por necessidades de serviços, poderá solicitar o remanejamento dos créditos não utilizados, para outros cartões.
- 4.14. A empresa deverá estar vinculada a rede credenciada exigida, na data da assinatura do contrato, de acordo com as exigências deste Termo de Referência.
- 4.15. O quantitativo estimado do consumo de combustível, poderá sofrer acréscimo ou redução de acordo com a necessidade da CBTU, não podendo tal fato onerar a Taxa de Administração.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto da presente contratação, ficando claro, que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CBTU, não eximirá a Contratada de sua responsabilidade quanto à execução dos serviços.



- 5.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações referentes à execução contratual se obriga prontamente a atender.
- 5.3. Designar um representante perante a CBTU, para prestar todos os esclarecimentos necessários e atender às reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato.
- 5.4. Reembolsar aos estabelecimentos conveniados, os valores referentes aos créditos utilizados decorrentes da presente contratação, asseverando-se pelo reembolso, sendo este, de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada.
- 5.5. Manter uma rede de postos de serviços de abastecimento, credenciado em todo o território nacional.
- 5.6. Apresentar o credenciamento de pelo menos um posto de serviço de abastecimento no Distrito Federal, localizado a uma distância máxima de aproximadamente 05 (cinco) Km da sede da CBTU/AC, situado respectivamente, Setor Bancário Norte (SBN), Edifício Confederação Nacional do Comércio (CNC), Quadra 01, Bloco B, 9º ao 13º andar, Brasília-DF, CEP: 70.041-902, que possua atendimento no mínimo até as 22:00h, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- 5.7. Comunicar oficialmente à CBTU, qualquer acréscimo, supressão ou suspensão na relação de postos de abastecimentos conveniados.
- 5.8. A empresa Contratada deverá, no caso de postos conveniados que não tenham equipamentos para operar cartões eletrônicos tipo smart com chip, providenciar outra forma de fornecimento de combustível, de forma a não permitir prejuízo para a CBTU.
- 5.9. Fornecer tantos cartões eletrônicos tipo *smart* com chip quantos forem solicitados pela CBTU, para atender à frota de veículos próprios e locados, sem qualquer ônus adicional.
- 5.10. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- 5.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação.
- 5.12. Serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada todas as despesas decorrentes da prestação de serviços objeto da presente contratação, inclusive, salários dos seus empregados, taxas, impostos, custos administrativos e de impressão dos cartões ou vales eventualmente processados por necessidade do referido item 4.8, encargos sociais e outros necessários, como também, o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente à CBTU ou a terceiros, no exercício de sua atividade.
- 5.13. É de inteira responsabilidade da empresa Contratada, todo e qualquer prejuízo que venha a ser causado ao patrimônio da CBTU ou a terceiros, por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto na execução dos serviços contratados.
- 5.14. Comunicar por escrito a CBTU, através do gestor do contrato, situada no Setor Bancário Norte (SBN), Edifício Confederação Nacional do Comércio (CNC), Quadra 01, Bloco B, 9º andar, Brasília-DF, CEP: 70.041-902, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos.
- 5.15. Durante toda a execução do contrato a CONTRATADA se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.



5.16. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor do contrato:

5.16.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

5.16.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf;

5.16.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

6. OBRIGAÇÕES DA CBTU

- 6.1. Solicitar formalmente o fornecimento do bem objeto deste termo, mediante Ordem de Serviço.
- 6.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à CONTRATADA para a perfeita execução do fornecimento.
- 6.3. Exercer, através do gestor e dos fiscais, indicados mediante norma específica, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução do objeto deste Termo.
- 6.4. Exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos e condições da proposta apresentada, avaliando, também, a qualidade do fornecimento, podendo rejeitá-los no todo ou em parte.
- 6.5. Notificar por escrito a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constantes no objeto deste contrato.
- 6.6. Pagar à Contratada a importância devida pelos serviços prestados, observando o disposto nas cláusulas do Contrato.
- 6.7. Facilitar à Contratada o ingresso em suas dependências para a realização dos serviços, fornecendo as informações solicitadas, quando inerentes à prestação dos serviços.
- 6.8. Solicitar à Contratada o imediato afastamento de qualquer pessoa alocada nos serviços, cujo comportamento tenha sido julgado inconveniente para com as normas da CBTU, bem como julgado inadequado ou incompetente para a prestação dos serviços a que se propuseram.
- 6.9. Eventual ocorrência de redução de quantidades não dará origem a qualquer direito de indenização à CBTU.
- 6.10. O acréscimo ou redução dos serviços será formalizado através de Termo Aditivo Próprio.
- 6.11. Notificar por escrito a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constantes no objeto do contrato.
- 6.12. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.13.** Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITE DO OBJETO

- 7.1. Ficará a cargo da CBTU a responsabilidade quanto ao recebimento, acompanhamento,



fiscalização e emissão de aceite do objeto deste termo.

- 7.1.1. Caberá à fiscalização do contrato avaliar, também, a qualidade e a presteza do fornecimento, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio de notificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 7.1.2. A CBTU deverá rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com este Termo de Referência e/ou com o instrumento contratual.
- 7.2. A contratada deverá cumprir fielmente as condições para fornecimento do objeto contratado.
 - 7.2.1. A contratada será integralmente responsável por garantir a regular execução do objeto deste Termo de Referência.
- 7.3. Se o fornecimento não for realizado de acordo com a especificação ou demais condições constantes neste Termo, a CBTU notificará o fornecedor para correção de inconsistências, sem ônus adicional para a Companhia.
- 7.4. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
 - 7.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 5 (cinco) dias da comunicação escrita da Contratada;
 - 7.4.2. definitivamente, pelo gestor do contrato, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado do recebimento provisório.
- 7.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo instrumento contratual.

8. FORMA DE CONTRATAÇÃO/REGIME DE EXECUÇÃO/CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1. Considerando a definição acerca da natureza **comum** do serviço pretendido, nos termos do subitem 1.1.1 deste Termo, **recomenda-se** que a contratação pretendida seja formalizada através de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço.
 - 8.1.1. Como critério de aceitação da proposta **sugerimos** o tipo menor preço, configurado pela **menor Taxa de Administração**.
 - 8.1.2. A recomendação supra encontra respaldo no art. 113, combinado com o art. 6º, inciso I, ambos do RILC-CBTU.
- 8.2. Considerando as características da contratação pretendida, o regime de execução contratual recomendado é de execução indireta por preço global.
- 8.3. Ademais, recomenda-se que o certame licitatório seja de AMPLA PARTICIPAÇÃO, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais previstas na Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.4. Ressalta-se que as orientações acima são meras recomendações, sendo certo que a definição do procedimento é atribuição da área de licitação, nos termos do art. 86 e seguintes do RILC-CBTU.
 - 8.4.1. Caso as recomendações sejam acatadas, caberá à área de licitação definir, ainda, o modo de disputa, observadas as previsões legais e regulamentares acerca do assunto.



9. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA

- 9.1. Será considerada vencedora, a licitante que oferecer a proposta de menor percentual de Taxa de Administração, que só poderá ser considerado até duas casas decimais.
- 9.1.1. **A Taxa de Administração a ser aplicada sobre o valor dos serviços objeto deste Termo de Referência – fornecimento de combustível e manutenção preventiva/corretiva de veículos –, efetivamente prestados, corresponderá a forma de remuneração da Contratada.**
- 9.1.2. Não há óbices para que as licitantes ofereçam Taxas de Administração de valor igual a zero ou negativa.
- 9.1.3. No percentual da Taxa de Administração, deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre os serviços a serem executados.
- 9.2. Como critério de aceitabilidade da proposta, será considerado o valor da Taxa de Administração estimado pela CBTU, através de pesquisa de preços, realizada em conformidade com as regras previstas no RILC-CBTU.
- 9.3. Caso acatada a recomendação de licitação pelo tipo **menor preço**, o valor estimado da contratação será **sigiloso**, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016, combinado com o art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.
- 9.3.1. Nesse caso, o valor estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas, nos termos do parágrafo 2º, do art. 15, do Decreto nº 10.024/2019, combinado com o parágrafo 5º, do art. 113, do RILC-CBTU.
- 9.3.2. Ainda que o valor estimado da contratação tenha caráter sigiloso, toda a metodologia adotada para sua estimativa está franqueada aos órgãos de controle externo e interno, nos termos do parágrafo 3º, do art. 34 da lei nº 13.303/2016.

10. SUBCONTRATAÇÃO, FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

- 10.1. Relativamente a este item recomenda-se as seguintes **vedações**:
- 10.1.1. Subcontratação de partes do objeto, tendo em vista que as características da contratação pretendida não envolve alta complexidade que a justifique; e
- 10.1.2. Formalização de consórcio, pois não existem impedimentos de ordem técnica ou razões econômico-financeiras para que uma única empresa execute a totalidade dos serviços almejados.
- 10.2. Quanto a participação de cooperativas, não vislumbramos óbices para tanto, cabendo a área de licitação avaliar eventual circunstância que impeça a participação de tais sociedades.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança, constando de forma discriminada o quantitativo dos serviços executados, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito será efetuado.
- 11.1.1. Deverão constar no documento de cobrança, obrigatoriamente:



- 11.1.1.1. Descrição dos bens fornecidos, preço unitário, preço total e data de emissão;
- 11.1.1.2. Valor total, com as deduções de impostos devidos;
- 11.1.1.3. Número do instrumento contratual; e
- 11.1.1.4. Banco, número da agência e conta corrente para o pagamento.
- 11.2. A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:
 - 11.2.1. Declaração de Opção do Simples Nacional, se for o caso;
 - 11.2.2. Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal e à Seguridade Social (CONJUNTA);
 - 11.2.3. Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF).
- 11.3. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela licitante vencedora:
 - 11.3.1. Em meio físico: no PROTOCOLO da Administração Central, a saber: Setor Bancário Norte (SBN), Edifício Confederação Nacional do Comércio (CNC), Quadra 01, Bloco B, 9º andar, Brasília-DF, CEP: 70.041-902, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h;
 - 11.3.2. Em meio digital no endereço eletrônico fornecido pela gestão e fiscalização do contrato.
- 11.4. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Instrumento Convocatório e neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.
- 11.5. Após constatada a conformidade de entrega do objeto desta contratação, a CBTU, por intermédio da Unidade responsável/solicitante, emitirá o Atesto da entrega das estantes no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade/especificação adequada a aquisição ora contratada.
 - 11.5.1. A CBTU reserva-se o direito de não efetivar o pagamento se, no ato do "Atesto", o serviço não estiver condizente com especificação requerida, até que seja promovida sua regularização.
- 11.6. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA em até **30 (trinta) dias** após a entrada do documento em conformidade com as regras prevista neste item, caso o ateste da gestão e fiscalização do contrato comprove que o documento de cobrança cumpre com a perfeita realização dos serviços, bem como a prévia verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA.
 - 11.6.1. Ocorrendo erro ou rasura na apresentação da Nota Fiscal/ Fatura, ela será devolvida à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação de nova Nota Fiscal/Fatura devidamente retificado (a), iniciando-se nova contagem de tempo.
- 11.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CBTU, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. REAJUSTAMENTO

- 12.1. A taxa de administração cobrada pela CONTRATADA será **fixa** e **irreajustável** durante toda a execução do contrato.
- 12.2. Os preços unitários dos combustíveis a serem faturados pela CONTRATADA deverão ser aqueles vigentes no dia do abastecimento do veículo, não sendo superior aos valores praticados na região e divulgados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em relação ao respectivo tipo de combustível.
- 12.3. A revisão de preços será admitida, desde que comprovada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro, através de documentação que evidencie a majoração dos custos de administração e gerenciamento do serviço prestado, avaliados face às planilhas de composição de custos pertinentes ao objeto contratual e após ampla pesquisa de mercado.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual, conforme justificativas abaixo:
 - 13.1.1. O objeto da contratação é uma solução que devido a sua disponibilização já há algum tempo no mercado encontra-se totalmente padronizada pelos fornecedores, razão pela qual a sua execução não se mostra complexa suficiente para a exigência de garantia; sendo relevante destacar, ainda, que a CBTU só irá efetivar o pagamento a contratada após a realização do serviço, sendo assim não há o que se falar em prejuízo ao patrimônio Público; e
 - 13.1.2. O histórico de contratação similar realizado pela CBTU, a exemplo do Contrato 0034-2022/DA celebrado com a PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, que não previu garantia da execução e teve o contrato executado a contento.

14. EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

- 14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior.
- 14.2. As partes cuja prestação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução pactuada.
- 14.3. Cessado o impedimento, retoma-se a execução contratual, prorrogando a vigência do contrato em dias equivalentes aos de sua paralisação; ressalvada à CBTU, se esta tiver sido superior a 10



(dez) dias, a faculdade de rescindir a avença, na forma e nos termos do instrumento contratual.

15. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1. Para fins de habilitação e posterior contratação a empresa deverá comprovar uma série de requisitos, sendo certo que aqueles relativos à habilitação jurídica e regularidade fiscal são os usualmente exigidos pela CBTU para a generalidade dos objetos, disciplinados no instrumento convocatório a ser elaborado pela área de licitação; observadas as regras legais e regulamentares acerca da matéria.

15.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem comprovados pelas licitantes estão previstos no RILC-CBTU (art. 141), combinado com a IN SEGES/MPDG nº 05/2017 (Anexo VII-A, item 11); são eles:

15.2.1. Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

15.2.1.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

15.2.1.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

15.2.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

15.2.2.1. a empresa que estiver em recuperação judicial poderá licitar e contratar com a CBTU, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando sua aptidão econômica e financeira para participação.

15.2.3. Comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será feita de forma objetiva, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, superiores a 1 (um).

15.2.3.1. A licitante que apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices previstos no subitem anterior deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação do serviço em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

15.3.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima 12 meses na prestação do serviço, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;



- 15.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente; e
- 15.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 15.3.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 15.3.3. A CONTRATADA deverá comprovar o credenciamento de pelo menos um posto de serviço de abastecimento na cidade de Brasília/DF, que possua atendimento no mínimo até as 22:00h, inclusive aos sábados, domingos e feriados; localizado em um raio máximo de 5 Km (cinco quilômetros) de distância da sede da Administração Central da CBTU; no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato.
 - 15.3.3.1. A CBTU somente emitirá a Ordem de Execução (OEX) após a comprovação do credenciamento na forma discriminada no subitem acima.

16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A gestão, a fiscalização e a supervisão do contrato ficarão a cargo da CBTU, através da área demandante da contratação que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a conformidade da execução dos serviços, materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.
 - 16.1.1. Os empregados responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão especialmente designados por ato específico elaborado pela Diretoria competente no prazo de 10 (dez) dias contados da sua assinatura.
 - 16.1.2. Considerando as peculiaridades dos serviços objeto deste Termo, bem como visando resguardar os interesses da CBTU, deverão ser designados fiscais setoriais em cada local de origem e destino dos bens e objetos a serem transportados.
- 16.2. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste termo de referência, no edital de licitação, no contrato e na proposta da CONTRATADA, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da CBTU.
- 16.3. A CONTRATADA deverá designar um representante para acompanhamento e controle da execução dos serviços objeto deste contrato, no mesmo prazo previsto acima.
 - 16.3.1. As deliberações tomadas de comum acordo entre o gestor indicado pela CBTU e o representante da CONTRATADA serão suficientes para o cumprimento das obrigações estipuladas na avença, incluídos os cronogramas físico e financeiro, quando houver.
 - 16.3.2. As deliberações e demais documentos produzidos pelos representantes das partes serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.



17. VIGÊNCIA

17.1. O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogados nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, observados os requisitos legais, regulamentares e contratuais.

17.1.1. As eventuais prorrogações do instrumento contratual serão processadas mediante aditamento.

18. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

18.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas, preferencialmente, através de Termo Aditivo.

18.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

18.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

18.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previstos neste contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à Contratada, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

19.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeita a Contratada à multa de mora, nos termos do art. 82 da Lei nº 13.303/2016.

19.2.1. A multa moratória será de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;

19.2.2. A multa moratória será de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto por período superior ao previsto no subitem acima;

19.2.3. Após o décimo quinto dia e a critério da CBTU, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida; e

19.2.4. A multa a que alude este item não impede que a CBTU rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

19.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a Contratada às seguintes sanções,



- observado o devido processo sancionador e garantidos o contraditório e a ampla defesa:
- 19.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 19.3.2. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mensal, por dia de atraso, limitado a 5% (cinco por cento) no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e/ou neste Contrato, referentes ao pagamento de salários, encargos ou benefícios e demais obrigações trabalhistas, adotando como referência o mês em que for constatado descumprimento contratual;
 - 19.3.2.1. Em caso de reincidência, multa de 2% (dois por cento), aplicada cumulativamente, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mensal, referente ao mês em que for constatado o novo descumprimento contratual;
 - 19.3.3. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mensal, referente ao mês em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Termo de Referência ou neste contrato para as quais não tenha sido definida sanção específica;
 - 19.3.3.1. Em caso de reincidência, a multa a ser aplicada será o dobro do percentual aplicado anteriormente, calculado sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mensal, referente ao mês em que for constatado o novo descumprimento contratual;
 - 19.3.4. Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de recusa injustificada da CONTRATADA em apresentar a garantia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do Contrato, e/ou recompor o valor da garantia no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente notificada;
 - 19.3.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA; e
 - 19.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a CBTU, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 19.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da CONTRATADA decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.
- 19.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:
- 19.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União - GRU, à CONTRATADA, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;
 - 19.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;
 - 19.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou
 - 19.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo

extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

- 19.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU poderá ser aplicada à CONTRATADA nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.
- 19.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:
- 19.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 19.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - 19.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CBTU, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.
- 19.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

20. PREÇOS REFERENCIAIS DOS COMBUSTÍVEIS E DOS SERVIÇOS

- 20.1. Os valores de referência dos combustíveis, obtidos através de consulta no sítio eletrônico da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, referente ao período de 10/03/2024 a 16/03/2024, bem como dos serviços e peças calculados com base no valor médio dos serviços realizados no âmbito da CBTU nos últimos 08 (oito) meses; sobre os quais incidirá a Taxa de Administração que corresponde à forma de remuneração da Contratada, se encontram nas planilhas “A” e “B”, respectivamente, nos termos abaixo:

PLANILHA A - VEÍCULOS PRÓPRIOS - TOTAL DE 09 (NOVE)

Combustível*	Quantidade de litros estimados por mês	Quantidade de litros estimados em 30 meses	Estimativa máxima do valor do litro no site da ANP	Valor estimado por mês (R\$)	Valor total estimado em 30 meses (R\$)
ETANOL	400	12.000	R\$ 3,78	R\$ 1.512,00	R\$ 45.360,00
GASOLINA COMUM	1.200	36.000	R\$ 5,98	R\$ 7.176,00	R\$ 215.280,00
DIESEL S10	2.000	60.000	R\$ 6,19	R\$ 12.380,00	R\$ 371.400,00
TOTAL ESTIMADO				R\$ 21.068,00	R\$ 632.040,00

* Valor máximo dos combustíveis (Diesel S-10, etanol e gasolina comum) cobrado pelos postos de abastecimento no Distrito Federal foi extraído do site da ANP (<https://preco.anp.gov.br/>), no período de 10/03/2024 a 16/03/2024.



PLANILHA B - VEÍCULOS PRÓPRIOS - TOTAL DE 09 (NOVE)

Descrição	Total estimado no mês (R\$)	Total estimado nos 30 meses (R\$)
SERVIÇOS	R\$ 4.000,00	R\$ 120.000,00
PEÇAS	R\$ 16.000,00	R\$ 480.000,00
TOTAL	R\$ 20.000,00	R\$ 600.000,00
Subtotal A + B=	R\$ 41.068,00	R\$ 1.232.040,00

**O valor total estimado será a soma do total anual de combustíveis e serviços/peças, sobre o qual incidirá a taxa de administração.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 21.2. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber; e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.
- 21.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste Termo de Referência, no Edital da Licitação e no Termo de Contrato, prevalecerão as disposições editalícias.
- 21.4. A Contratada se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 21.5. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de 2022, conforme classificação abaixo:
- 21.5.1. Classificação Funcional Programática: 15.122.0032.2000.0001;
- 21.5.2. PTRES: 173313;
- 21.5.3. Elemento de Despesa: 339039; e
- 21.5.4. Planos Internos: A1DEAA26.
- 21.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.



- 21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 21.8. As demais formalidades inerentes à execução dos serviços contratados deverão estar em conformidade com a minuta do Contrato, anexa ao Edital da Licitação.

Brasília, na data da assinatura digital.

Documento assinado digitalmente
gov.br **LEONARDO JOSE VENTURA**
Data: 08/05/2024 17:33:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO J VENTURA
Técnico de Gestão Administrativa
GEAPO-CBTU/AC

Ratifico integralmente os termos do presente Termo de Referência.

EDUARDO HENRIQUE DE CASTRO
00897456475
EDUARDO HENRIQUE DE CASTRO
Gerente Técnico de de Apoio
Operacional
GEAPO-CBTU/AC

Assinado digitalmente por EDUARDO HENRIQUE DE CASTRO:00897456475
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16894782000190, OU=presencial, CN=EDUARDO HENRIQUE DE CASTRO:00897456475
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: CBTU-AC
Data: 2024.05.08 17:27:47-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.0.1